

V

Matrizes teóricas que influenciam o Serviço Social: um reacionarismo latente

Iris Sunsyaray
Manuella Aragão Pinheiro

Introdução

No pós-Segunda Guerra Mundial, o mundo vivenciou uma das disputas mais atroz e frenéticas da modernidade. Um “duelo”¹ bem delimitado entre capitalismo e socialismo, que se lançava de maneira aberta em todas as esferas da vida humana: política, econômica, cultural, tecnológica e armamentista-bélica (HOBSBAWM, 1995). Além de ter sido um período que demarcou uma produção em escalas exponenciais e uma elevada atividade científica e tecnológica. Eis a era da corrida armamentista, bélico-química, espacial, robótica e da automação.

Após terem derrotado o eixo (Japão, Itália, Alemanha), marcando, portanto, o término da Segunda Guerra Mundial, as principais potências aliadas (Estados Unidos da América (EUA), União das Repúblicas Soviéticas (URSS), França e Inglaterra) entraram em disputa. É nesse ínterim em que houve: o primeiro vôo tripulado para o espaço, em 1961, o Vostok I – URSS -, com o cosmonauta Yuri Gagarin; a primeira expedição à lua, com Neil Armstrong - EUA -; a criação de secretarias de inteligência e espionagem, tais como a Agência Central de Inteligência (CIA) - EUA - e o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON)– URSS -; e a formação de blocos militares, como a Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN), em 1940, pelos EUA, e o Pacto de Varsóvia, em 1955, pela União Soviética (BARBOSA, [S.D.]).

Esse período foi marcado também pela massiva produção de armas nucleares, já que ambas as potências (EUA e URSS) as detinham e o mundo todo vivia em alerta e sob o temor de uma possibilidade de destruição do planeta caso uma das partes decidisse partir para o confronto direto. O mundo registrou ataques e chacinas em que os dois países colidiram “indiretamente”, participando com o envio de frotas, maquinaria, suprimentos e financiamento, tal como se deu com a Revolução Chinesa, a Guerra da Coreia, do Vietnã e do Afeganistão, sem contar os processos de independência vivenciados por países da África (Angola e Moçambique) e Ásia (Coreia, China e Índia) sob o patrocínio dos EUA e da URSS. Essa é a parte tenebrosa, “quente” e pútrida de uma guerra apresentada falsamente apenas como ideológica, “fria” e sem duelos diretos entre as principais potências beligerantes (HOBSBAWM, 1995).

¹ O vocábulo está entre aspas, pois é assim que esse contexto é difundido hegemonicamente. Contudo, Hobsbawm (1995) enfatiza que tal disputa era encabeçada pelos Estados Unidos como forma de prevenir uma futura perda de hegemonia. A Ex-União das Repúblicas Soviéticas, embora vitoriosa, sai da Segunda Guerra Mundial muito comprometida. O seu exército vermelho fora significativamente desfalcado, mas a pretensão dessa potência era manter o seu poderio nas limitações propostas no período da Segunda Guerra Mundial, mantendo a sua predominância no leste europeu; os EUA, por sua vez, desejavam ampliar os seus domínios e influência no restante do globo.

Sob esse contexto, destaca-se a revolução nacionalista ocorrida em Cuba em 1959, liderada por Fidel Castro contra o controle abusivo dos EUA na região e a ditadura de Fulgêncio Batista, o que alertou os EUA no trato de sua soberania sob do continente. Neste sentido, a América Latina tornou-se um alvo certo desse enredo, tendo a região sediado uma série de golpes militares patrocinados pelos EUA em seu processo de “contrarrevolução preventiva” (NETTO, 2014) em escala mundial. Desse modo, os norte-americanos, a fim de garantirem sua influência no continente, constituem o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Ambas as organizações criadas com o intuito de promover um maior controle por parte dessa potência nas demais nações do continente (NETTO, 2014).

Tem-se no cone Sul um enquadramento militar² por meio do Plano Condor³ e da Escola das Américas, no Panamá—, com base no modelo norte-americano do *National War College*—, em que se ensina aos militares da região práticas de repressão, de tortura, de combate a guerrilhas e subversão. No Brasil, o contexto— especialmente entre 1961 e 1964, que marcou o período antes do golpe militar — evidenciou a crise da forma de dominação burguesa, expondo a contradição entre demandas derivadas da dinâmica do desenvolvimento, com base na industrialização pesada, a modalidade de intervenção, articulação e a representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político (NETTO, 2005). A rigor, tal padrão de acumulação contrapunha-se às requisições democráticas, nacionais e populares. Assim, “o desfecho de abril foi a *solução política* que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um *pacto contrarrevolucionário* [...]” (NETTO, 2005, p.25, grifos do autor).

A ditadura civil militar e empresarial⁴ se estabeleceu em 1º de abril de 1964, após o golpe contra o então presidente João Goulart, marcando o início de um período de profundas modificações no país, nas esferas política, econômica e social. Em termos gerais, “o Estado que se estrutura depois do golpe de abril expressa o rearranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a manutenção e a continuidade daquele padrão, *aprofundadas a heteronomia e a exclusão*” (NETTO, 2005, p. 27, grifo do autor).

Especificamente no que concerne ao Serviço Social brasileiro, o lastro de tempo entre 1960 e 1980 retratou uma ebulição na trajetória desta profissão. Por estar inscrita na produção e reprodução das relações sociais, é intrinsecamente atingida pelos rebatimentos do contexto internacional da chamada Guerra Fria e também pela resposta a esse cenário na América Latina, com a instauração, via golpe militar, de ditaduras militares e, como no caso brasileiro, burguesa e empresarial.

É, portanto, circunscrita nessa realidade que tal profissão visa atualizar-se, conferir reconhecimento sobre o seu fazer profissional e se reconceituar. Assim, coloca-se em curso um constante movimento de idas e vindas, de continuidades e rupturas com o seu formato

² As ditaduras militares: no Chile, de 1973 a 1990; na Argentina, de 1973 a 1983; no Uruguai, de 1973 a 1985; e no Peru, de 1968 a 1980.

³ Plano que integrou os serviços de operação e repressão de forma conjunta na América do Sul. Também atuou em países europeus, perseguindo subversivos latino-americanos que lá estavam exilados (NETTO, 2014).

⁴ Importa mencionar que a finalidade dos governos militares estava para além de uma disputa ideológica. Esse período demarca a lógica burguesa de assegurar a consolidação dos monopólios no continente, sendo que cada país tinha suas particularidades. Embora sob o patrocínio dos EUA, o desenrolar dos regimes militares ocorrem, sobretudo, por questões conjunturais internas, conforme as particularidades de cada formação sócio-histórica (NETTO, 2005, 2014).

de operar e de intervir, desde sua gênese, na sociedade dos anos 1930. É preciso destacar que a profissão foi reforçada pela expansão do mercado de trabalho e também pela entrada do Serviço Social nas universidades. Esta formação profissional era demandada pelas exigências provenientes do mercado de trabalho posto e consolidado precisamente no período ditatorial. Assim, “passa a oferecer àquele um profissional ‘moderno’, cuja legitimação advém menos de um (auto)representação humanista abstrata que de uma fundamentação teórico-técnica do seu exercício como assistente social” (NETTO, 2005, p. 127).

Logo, é sob este contexto histórico que surge o processo de Renovação do Serviço Social, apresentado por Netto (2005) sob três vertentes, saber: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Tal processo desencadeou uma nova forma de agir profissional, principalmente ao romper com práticas tradicionais que haviam marcado a gênese da profissão. Assim, tendo em vista o objetivo proposto para este texto, evidencia-se, no âmbito do processo de Renovação, a perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo. Por meio de diferentes tendências e correntes ideológicas, ambas expõem e conservam o lastro conservador existente – e ainda presente – no Serviço Social.

1. Renovação e revisão. Inovações, modificações e reiteraões

O movimento de reconceituação é de caráter latino, mas permeado de peculiaridades a partir de cada país. Ele reflete uma quadra histórica de mudanças relacionadas ao processo de desenvolvimento capitalista na América Latina, por essa razão, não pode ser pensado de forma endógena. Trata-se de uma realidade de lutas sociais de vários segmentos, os quais passam a questionar a histórica condição de subordinação dos países da região às nações imperialistas. Logo, tem-se um movimento de contestação, de inquietação, que pontua a necessidade de se pensar teorias que atentem ao processo de desigualdades sociais no país (DUARTE, 2021). De acordo com Netto (2005), no Brasil, a profissão sofreu um giro ideopolítico e formativo, tendo suas concepções e perspectivas reformuladas, de modo que sua intervenção e práticas acompanham esse horizonte; por isso, qualifica-se esse momento como sendo o de renovação da profissão.

Ainda consoante Netto (2005), tal renovação se divide em etapas, sendo o primeiro ciclo denominado como perspectiva modernizadora, ou seja, caracteriza a chamada modernização conservadora. Esta retrata o momento em que o Serviço Social se afasta da perspectiva religiosa em direção à chamada laicização da profissão, que caminha visando à sua atualização técnica, mas inspirando-se sob fontes tão conservadoras como de outrora. Precisamente nesse contexto, o Serviço Social acredita que é um aporte para o desenvolvimento nacional. Desde os anos 1950, no momento ápice do chamado Serviço Social de comunidade⁵, a profissão já alimentava esse pensamento.

⁵ Ideologia e metodologia de intervenção profissional pautadas nas diretrizes norte-americanas, visando à capacidade do assistente social de mobilizar, articular e estimular os membros de determinada comunidade para a materialização de suas demandas, a fim de lhes garantir bem-estar social e progresso, por meio de ações cooperadoras mútuas (AGUIAR, 2011). No início dos anos 1960, esse pensamento se tonificou ainda mais com o projeto Aliança para o Progresso, desenvolvido no governo John Kennedy (EUA), cujo objetivo era garantir a integração da América nas áreas política, econômica e cultural, sob o envio de financiamentos para consolidar aliados na região e, assim, impedir que as influências soviéticas dominassem esses países.

Ancorado nesse pilar, o Serviço Social busca um enquadramento do usuário sob a lógica do Estado, passando a pautar-se pela corrente funcionalista teórica norte-americana. A seguir, são abordadas as ideologias positivista e funcionalista (ramificação do positivismo), a fim de desvelar as balizas que ergueram a profissão e continuaram hegemônicas (embora, recorrendo a outros vestuários), sobretudo, nos anos 1960 e 1970, mas que ressoam até os dias de hoje em sua formação e prática.

1.1 Positivismo e Funcionalismo: breves apontamentos

Em 1925, em Milão, ocorreu a I Conferência da União Católica Internacional do Serviço Social, disposta em dois seguimentos: o grupo de Escolas de Serviço Social e as Associações auxiliares sociais. Tal encontro objetivava evidenciar a necessidade de instauração do Serviço Social no mundo, a fim de garantir o seu crescimento sob a perspectiva da concepção católica (CASTRO, 1984). Desse modo, ocorre um incentivo por parte da instituição católica para a criação e disseminação de escolas de Serviço Social em todos os lugares de influência católica.

No Brasil, em 1932, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Por meio dessa entidade, seria fundada a primeira Escola de Serviço Social no país, em 1936, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (YAZBEK, 2009a). Para além das designações da Igreja, ancoradas na *Rerum Novarum* de 1891⁶ e no Quadragésimo Anno de 1931⁷, a questão social⁸ intensifica-se, fazendo com que o Estado assumisse uma postura conciliadora na relação entre as classes fundamentais, trabalhadora⁹ e a capitalista. Coube, portanto, ao Estado harmonizar e aparar as arestas existentes entre essas forças.

É precisamente neste momento em que o Estado intervém nas relações entre empresariado e classe trabalhadora, buscando amenizar o processo de pauperização desta última, que a profissão se consolida, integrando-se a setores do Estado e a empresas privadas que contratavam o profissional assistente social como um trabalhador assalariado para exercer atividades de controle e “adestramento” dos segmentos operários e das classes populares. Deste modo, percebe-se que, desde os primórdios de sua atuação profissional, as atividades assumidas compreendiam os desígnios das instituições e entidades – e não a um direcionamento próprio desta categoria em ascensão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Neste sentido, o positivismo é tido como o primeiro suporte teórico-metodológico da profissão, tendo sido por conceder qualificação e modernização necessárias à época no que se refere à atuação sob a reprodução das relações sociais. Baseia-se em uma análise imediata da realidade e do ser; um proceder que trabalha sob a apreensão objetiva dos fatos

⁶A *Rerum Novarum* foi uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891, cujo intuito era modernizar o pensamento social católico diante do alastramento da questão social (CASTRO, 2011).

⁷ Tratou-se de um novo apelo aos cristãos. A mensagem era dedicada à obra e ao apostolado dos homens. A ordem era para que se ensinasse aos jovens por meio de associações cristãs e círculos de estudos; o foco aqui era a população pagã da sociedade secularizada.

⁸ Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 84): “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão”.

⁹ Classe está contemplada também pelo segmento do chamado “exército industrial de reserva”, ou seja, os desempregados, que são úteis ao processo para que haja a manutenção dos salários baixos e o tratamento pífio aos trabalhadores por parte da classe capitalista, tal como sinalizado por Iamamoto e Carvalho (2014).

e dados, ou seja, com o que se demonstra no aparente, circunscrito no que já existe, em fragmentações, sob uma previsibilidade e na frequência do que se sabe. Assim, o positivismo parte da premissa de que a sociedade, tal como a natureza, tem as suas próprias leis que estabelecem o ordenamento da sociabilidade humana. De acordo com essa perspectiva, tais regras não variam, são independentes da ação humana, sendo, portanto, naturais, devendo ser isentas de juízos e valores humanos (YAZBEK, 2019; LOWY, 1991).

Essa perspectiva foi retomada¹⁰ na profissão precisamente nos anos de 1960 e 1970, à medida que se opera uma atividade ajustadora, com um perfil manipulatório e corretivo “voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas, para intervenção sob metodologias de ação”, com a “busca de padrões de eficiência, sofisticação, de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização de atividades institucionais” (YAZBEK, 2009b, p.6).

De acordo Leila Netto (2020), o positivismo é lançado no final do século XVIII, na Europa Ocidental, sob um contexto da passagem do feudalismo para o chamado “mundo moderno”. Tratava-se de uma época em que a burguesia vivenciava a sua fase revolucionária contra o “*Ancien Régime*”¹¹ na Revolução Francesa. A cultura feudal que detinha a base de seu saber na Igreja, a qual servia à manutenção dos senhores feudais no mais alto pedestal, foi contestada. Assim, a lógica balizada no senso comum para o estudo da natureza e de seus fenômenos passou, portanto, a ser questionada.

Neste sentido, um dos principais movimentos que colidiam com essa racionalidade foi o Enciclopedista, encabeçado pela burguesia na defesa dos direitos naturais do homem, com apelo à igualdade e à liberdade, bem como à propriedade privada e à necessidade de um Estado que fosse capaz de contemplar as urgências das transformações naquela sociedade. Nesse ínterim, eclode também a Revolução Industrial, que demarca uma nova realidade para a vida de trabalhadores nas diversas esferas da vida humana (ESCORSIM NETTO, 2020).

O positivismo foi, portanto, fundamental à superação do Antigo Regime. Isso porque trabalhou no intuito de elevar a ciência a uma condição de credibilidade popular, por meio de leis, experimentos e métodos que, com efeito, pudessem ser testados e comprovados cientificamente, de maneira a viabilizar um progresso mais visível e verificável naquela sociedade. A teoria positiva foi assim considerada por contrariar a chamada filosofia negativa hegeliana. Consoante Escorsim Netto (2020, p.177), a teoria hegeliana propunha uma crítica ao existente e defendia que toda a dinâmica da sociedade se explica pela negação ou pela contradição que circunscreve a realidade: “É a negação que move a história e a (e)leva a um novo patamar.”

A primeira aproximação em relação ao positivismo se deu na fase da burguesia revolucionária. Deste modo, contou com filósofos precursores vinculados ao movimento enciclopedista, que foram classificados como socialistas utópicos. O primeiro deles foi Condorcet (1743-1794), que postulava que as Ciências Sociais deveriam possuir um caráter de matemática social, com um objeto preciso, fixo e numérico. Ademais, defendia que as

¹⁰ Yamamoto (1992, p. 21) pontua que, entre os anos 1940 e 1950, houve um “arranjo teórico doutrinário” caracterizado por unir o discurso humanista cristão e o suporte técnico-científico positivista.

¹¹ Refere-se ao regime social e político da antiga França (séculos XV e XVI), o qual se caracterizava como centralizador e absolutista, voltado à figura de um rei soberano, em detrimento de uma sociedade estamental.

teorias da sociedade estavam fixadas conforme preconceitos¹² e desígnios das classes abastadas, logo, ele colocava-se contrário à concentração de poder e de conhecimento por parte da Igreja e da sociedade feudal. Por essa razão, foi considerado como socialista utópico (LOWY, 1991).

Trata-se então de romper com esse controle do conhecimento e observar nas ciências sociais um desenvolvimento tão científico, objetivo e seguro, quanto o das ciências naturais [...] considera, que como na marcha das ciências físicas, os interesses e as paixões não perturbam (LOWY, 1991, p.37).

Um outro importante precursor foi Saint-Simon (1760- 1825), que postulou a ciência da sociedade como uma fisiologia social (LOWY, 1991). Ele criticava a aristocracia e o clero, os quais classificou como “parasitas do organismo social” (YAZBEK, 2019, p.57). Tal filósofo chegou à compreensão de que era a classe trabalhadora e a pobreza que aplanavam a grande indústria. Assim, “A ideia de uma ciência fisiológica da sociedade é também uma ideia que se situa no contexto do combate às doutrinas da classe dominante da época” (LOWY 1991, p. 38).

Por meio desses dois autores supramencionados, verifica-se que há um caráter utópico-crítico na concepção positivista. No entanto, ocorre uma mudança de tendência a partir dos pressupostos do filósofo francês Auguste Comte (1798- 1857), discípulo de Saint-Simon (1760- 1825). Comte se colocava como continuador de Condorcet e Saint-Simon, mas os compreendia como críticos e negativos, já que, para ele, o pensamento deveria ser positivo e distante de juízos críticos, por essa razão defendia o fim das ideias revolucionárias inseridas nele (LOWY, 1991).

Em Comte, há a mudança da palavra preconceito, já que esta adquire uma tonalidade conservadora; sob essa lógica, o método positivo deve se alinhar à defesa da ordem real. Defende a concepção de física social para o estudo dos fenômenos sociais, resguardando as leis invariáveis e eternas, como a lei do poder econômico, a lei das riquezas. Ao seu ver, cabe à sociologia explicar essas leis universais à classe trabalhadora, a fim de difundir o seu caráter natural e fazer com que as classes mais baixas da sociedade entendam e reconheçam as possíveis vantagens de tal subsunção. Ou seja, objetivava ensinar a ordem pública contando com a “sábua” resignação do proletariado (LOWY, 1991). Assim, o progresso seria alcançado por meio dessa ordem e do respeito a essas leis imutáveis. Para alcançá-lo, propunha uma postura de resignação por parte dos trabalhadores ante os seus patrões, ao mesmo tempo em que alertava o patronato acerca da necessidade de viabilizar uma condição digna a seus trabalhadores (ESCORSIM NETTO, 2020).

É precisamente sob os ideais comteanos que a burguesia abandona seus compromissos revolucionários e se consolida no poder político, amarrando-se ao pensamento conservador. Assim, entre os séculos XVIII e XIX há um giro por parte dessa burguesia, que será classificado por decadência ideológica da burguesia, que abandona as bandeiras de igualdade, liberdade e fraternidade e passa a refugiar-se no pensamento conservador, no intuito de ter garantia e manutenção de seu poder (ESCORSIM NETTO, 2020).

¹²O preconceito na fase utópica é referente a tudo o que é dogma irracional, político e religioso (LOWY, 1991).

Com Émile Durkheim há o ápice do pensamento positivista. Segundo Lowy (1991), ele salta a perspectiva comteana porque, diferentemente do caráter manipulatório que havia anteriormente, Durkheim proporciona uma maior envergadura em termos de base científica para alicerçar o pensamento burguês reformador. Escorsim Netto (2020) assevera que este é o pensador mais apto que opera na dimensão reformista e laica do pensamento.

Em sua obra “Divisão social do trabalho”, Durkheim defende que este encontra-se circunscrito em qualquer organização humana como um fenômeno natural e eterno da sociabilidade, estando presente em suas variadas organizações: caçadores/coletores, pastoris/agrícolas, sistema feudal, escravocrata, capitalista, dentre outros. Desse modo, ele foca na desigualdade social que é decorrente do trabalho. Nas palavras de Escorsim Netto (2020, p. 187): “Há fronteiras claras entre os que pensam e os que fazem, entre os que decidem e os que executam – vale dizer, entre os governantes e os governados. Houve, há e haverá sempre uma hierarquia de poder entre os homens”.

Nesse sentido, ainda Escorsim Netto (2020) salienta dois indicadores do pensamento conservador em Durkheim, quais sejam: a) a testificação para além da história da desigualdade entre os homens; e b) a inviabilização de uma organização futura livre destas normatizações, ou seja, a conseqüente impossibilidade de um movimento revolucionário. O filósofo declara: “Nosso método [...] nada tem de revolucionário. Num certo sentido, é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, ainda que dócil e maleável, não é modificável à vontade” (DURKHEIM, 2007, p. 13 *apud* ESCORSIM NETTO, 2020, p. 187). Desse modo, inviabiliza quaisquer possibilidades revolucionárias e nega alternativas às reformas por parte do movimento operário e popular. Logo, por meio deste pensamento, a sociologia se institucionaliza.

Contudo, durante os anos 1950 e 1960, a lógica positivista é recolocada na prática profissional, sob o contexto histórico do chamado Nacional-Desenvolvimentismo¹³. Aqui, a profissão já acreditava que seria um aporte para a superação do subdesenvolvimento nacional. A intervenção se dava ainda por meio de uma perspectiva imediata, sob um esquema de condução *funcionalista*, pautado em um método que previa investigação, planejamento, execução, diagnóstico e avaliação preliminares e introdutórias e, somente em seguida é que se elaboraria a fase de uma investigação geral, ampla ao diagnóstico final (CASTRO, 2011, p.143).

A conceptualização sobre organização de comunidade revela uma perspectiva profundamente funcionalista no trato da questão social e o seu desenvolvimento, quase exclusivamente, está centrado nas peculiaridades da sociedade norte-americana. A identificação das necessidades e a alocação de recursos reduzem a questão social a problemas técnicos, construindo a partir deles, uma fórmula central que contempla múltiplas variantes de intervenção profissional (CASTRO, 2011, p. 142).

Neste sentido, cabia ao assistente social mobilizar, animar, desenvolver potencialidades no sentido de direcionar a comunidade rumo ao desenvolvimento

¹³ Modelo econômico hegemônico entre os anos de 1930 a 1970, que se baseava no incentivo à produção industrial nacional em detrimento das importações. Ou seja, uma condução centrada no Estado, o qual desempenhava uma postura protetiva às empresas nacionais, visando à autonomia e à autossuficiência nacionais. É o momento em que o Estado firma relação com a burguesia emergente, legitimando-a. Para tanto, intervinha, aparando as relações desta com a classe trabalhadora (SUNSYARAY, 2020).

econômico, proporcionar sentimentos de pertencimento, bem-estar e realização individual e coletiva, colimando a realização de construções e ajustes, angariação de recursos, por parte dos membros da própria comunidade. Ademais, manipular a sociedade no sentido de fazê-la reconhecer os seus problemas em comum e ajudar no sentido de saná-los ou de atenuá-los; também, cabia-lhe despertar a participação e o engajamento popular. Desse profissional, eram esperadas as velhas práticas de ajustamento, adaptação e correção, mas agora sob outros métodos e pilares (CASTRO, 2011; ROSS, 1964).

Entretanto, no início dos anos 1960, essa lógica foi perdendo campo na atuação profissional, uma vez que a conjuntura política inseria na cena pública diversos setores da sociedade na requisição de seus direitos e na reivindicação de uma maior participação nas decisões que lhe afetavam. Tratava-se de uma conjuntura internacional que questionava a sujeição econômica da América Latina, o seu espaço na divisão internacional do trabalho, bem como a relação que isso poderia ter na posição subdesenvolvida desses países.

Assim, teóricos como Ruy Mauro Marini se evidenciaram na região, de modo que a teoria social de Marx passa a ser fomentada e debatida como instrumento de compreensão dessa contínua pobreza e desigualdade (DUARTE, 2021). Logo, tem-se a chamada teoria marxista da dependência. Somado a isso, têm-se as ideias do educador Paulo Freire, as quais tomam ímpeto e fôlego nessa ocasião; suas teses, como por exemplo, a da pedagogia do oprimido, bem como sua leitura da realidade, rebatem no campo educacional, nos diversos debates fomentados na universidade (MACHADO, 2012).

Dessa maneira, por estar contemplada nesses movimentos da sociedade, da universidade e das classes sociais, a profissão foi diretamente atingida por essas produções e racionalidades. Para além desse movimento na América Latina, no Brasil, o então presidente João Goulart mantinha em campo uma agenda progressista e nacionalista, era aliado a movimentos trabalhistas e sindicais, admitindo publicamente a necessidade de realização das chamadas reformas de base, fato este que dava mais margem a uma comoção e envolvimento popular na agenda política. Data desse momento histórico a afirmação da União Nacional dos Estudantes (UNE) acerca de uma postura mais progressista na sociedade e, conseqüentemente, da assunção de um lugar mais combativo pelos direitos sociais (NETTO, 2014).

Ammann (1982) salienta que, nesse período, a profissão rotacionou o *modus operandi* no desenvolvimento de comunidade, tendo saltado de uma perspectiva ortodoxa em direção a uma perspectiva heterodoxa. Assim, o contato corriqueiro da profissão com a comunidade, nesse tempo histórico, implicou em uma prática mais politizada por parte do assistente social com o seu cliente, no sentido de uma orientação para além das diretrizes liberais; tratava-se de uma atividade educativa perspectivada, agora, de acordo com as necessidades reais dessa população. A autora pontua também que instrumentos como a escola radiofônica para a educação de crianças, jovens e adultos, bem como organizações da sociedade civil – como o Movimento de Educação de Base (MEB), organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) –, serviram de aporte para essa mudança de performance da categoria. No entanto, todo esse movimento que vinha sendo encadeado foi silenciado com a instauração do golpe militar, que repreendeu os movimentos e as organizações da sociedade civil, condenando os pensamentos críticos e divergentes ao Estado autocrático burguês, promovendo torturas, prisões, violações e mortes. Desse modo, houve um impeditivo ao pensamento crítico na profissão.

Foi precisamente nesse período que se admitiu a necessidade de uma teorização do Serviço Social brasileiro, a fim de adequá-lo aos pressupostos do Estado tecnocrático militar. A profissão passa, então, por longos ciclos de debate. No primeiro deles, a perspectiva modernizadora, o funcionalismo (positivismo), ganha contornos uma vez mais, haja vista que a profissão almejava reconhecimento nacional, buscava sair de uma concepção de subordinada e de executora terminal de políticas públicas ou de ajuda sob um direcionamento psicossocial. Para tanto, buscava-se rever a funcionalidade da profissão em relação ao cenário nacional (NETTO, 2005).

No seminário ocorrido em Teresópolis (Rio de Janeiro), entre 10 e 17 de janeiro de 1970, há a “cristalização” e o “coroamento” (NETTO, 2005, p. 178) da perspectiva modernizadora, que já havia se iniciado no encontro ocorrido em Araxá (Minas Gerais), entre 19 e 26 de março de 1967. Em Teresópolis, houve o auge e a concretização de um caráter interventivo, sob uma “instrumentação programática”. Foi justamente a obra de autoria de José Lucena Dantas, sob o título “Fundamentos da metodologia do Serviço Social”, que condensou os postulados da modernização do Serviço Social. De acordo com Netto (2005), Dantas foi quem forneceu as respostas mais adequadas às exigências da época, sobretudo, os fundamentos científicos e a rotação das práticas metodológicas.

Na ótica de Dantas, a prática profissional constitui o eixo principal da teoria geral do Serviço Social. Destarte, com a metodologia adequada, seria possível atuar com êxito na problemática da sociedade brasileira e, além disso, atingir o nível de cientificidade que a profissão requeria. Uma vez que, a seu ver, o método profissional é um método científico aplicado que passa por duas categorias fundamentais, quais sejam: diagnóstico e intervenção planejada. Ou seja, trata-se de um método que é geral, mas com especificidades quando comparado com as metodologias utilizadas anteriormente na profissão (NETTO, 2005, p. 180-182).

Netto (2005, p. 183) identifica o neopositivismo na obra de Dantas, com a nítida separação entre a direção científica pragmática e a sistemática (metodológica): “Para ele, o método não passa de um jogo de ordenações formais, envolvendo a matéria a ser ordenada [...] e os critérios utilizados para imprimir ordenação a essa matéria”. Por isso, o objeto em questão da profissão sob essa concepção eram as chamadas situações sociais problemas. Netto (2005) também critica a forte assepsia ideológica na obra de Dantas, além de um forte traço de ecletismo teórico. Contudo, foi Dantas quem forneceu ao Serviço Social um estatuto decorrente da aplicação das ciências, “resolvendo”, assim, a lacuna existente de conexão com as Ciências Sociais. Há, portanto, uma redefinição das práticas tradicionais – que, como se percebe, não foram abandonadas – para atuações específicas demandadas pela modernização.

Em termos metodológicos, no funcionalismo, tem-se o enfoque na unidade, a parte para explicação do todo, da estrutura. Logo, comparar o item ao todo ou pela particularidade e compreender todo o sistema por meio da função, da forma como essa particularidade contribui com o equilíbrio desse todo, é a premissa básica dessa vertente. Ou seja, é a explicação do macrocosmo da realidade social a partir de entes simples – microssocial (DANTAS, 1991). A seguir, o texto se debruça a apresentar a perspectiva que representa o segundo ciclo da renovação do serviço social.

1.2 A fenomenologia: uma compreensão profunda do ser

Em continuidade, tem-se o segundo grande ciclo renovador da profissão, denominado por Netto (2005, p. 201) como a reatualização do conservadorismo, a qual marca o falecimento do que havia sido tecido no auge da perspectiva modernizadora, especificamente nos seminários ocorridos em Araxá e Teresópolis. Neste segundo momento, há um retorno ao que existe de mais conservador na trajetória da profissão: o atrelamento à Igreja, o qual agora passava a ser ensejado por meio da perspectiva fenomenológica, já que os renovadores desse segmento se retiravam da esteira asséptica, neutra e se colocavam motivados por uma “ética cristã” (NETTO, 2005, p. 205). Os Colóquios do Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista (1984), ambos ocorridos no Rio de Janeiro, atestam o levantamento desta teoria.

No Serviço Social, o estudo da fenomenologia baseou-se no entendimento da compreensão do ser, da subjetividade, do vivido humano, com ênfase na intuição e sob o recurso da ajuda psicossocial. Trata-se de uma postura voltada fixamente à captação dos fenômenos, em que se acreditava ser capaz de extrair uma essência pura ou núcleo fundamental (CAPALBO, 1991) do fenômeno investigado.

A principal expoente dessa corrente foi a professora Anna Augusta de Almeida, por meio de sua tese de livre docência na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1977, a qual foi denominada de “A nova proposta”. Tal teoria destacava a importância da singularidade da pessoa humana, do personalismo e da valorização do vivido humano. Era uma metodologia tida como inédita e inovadora por seus intérpretes e defensores. Trata-se de “[...] uma metodologia genérica pensada a partir [...] de um sentido novo. Uma abertura para ajuda psicossocial, na consciência entre concepção da realidade ou de uma de suas partes, e os problemas/programas humanos e sociais na sua situação humana, histórica e concreta” (NETTO, 2005, p. 206).

Neste sentido, para que haja o alcance desse método, defende-se: o *diálogo* – como um agente de transformação, na busca por uma verdade que seria encontrada ao se ouvir os clientes, compreendendo-os e orientando-os na resolução de seus dilemas e problemas. Chegando-se, dessa forma, à compreensão do sentido da vida; a *pessoa* – tida como o homem total, um sujeito livre e racional. Segue os pressupostos tanto da fenomenologia existencial personalista, quanto das noções neotomistas. Sob essa lógica, o cliente é reconhecido por sua condição humana e não enquanto oprimido, alienado, desajustado; e, por fim, a *transformação social* – no sentido de mudança no crescimento e no desenvolvimento da pessoa. Sob a lógica de que, mudando a pessoa, modifica-se o todo. Aqui, mais uma vez, o Serviço Social serviria como instrumento de adaptação social (NETTO, 2005; TATAGIBA, 2020).

Para além dessa metodologia, há uma crítica aos paradigmas positivistas – até então empregados e sempre revisitados no Serviço Social – como sendo limitados e esgotados em sua capacidade explicativa, havendo, portanto, uma desarticulação entre sua teoria e prática. Por essa razão, há a defesa da fenomenologia como uma alternativa metodológica capaz tanto de viabilizar a participação do sujeito no processo de ação social de transformação quanto de abranger o homem em seus aspectos globais (CAPALBO, 1991). Vale-se, para tanto, de um caráter dialético, alegando a busca da compreensão reflexiva entre o ser no mundo e o ser sobre o mundo – este último no sentido das transformações que o sujeito poderia viabilizar a nível macrossocietário (NETTO 1991, p. 206).

Para Netto (2005), por meio da utilização desse recurso, ocorre uma reentronização do espaço profissional tradicional, o qual era posto como crítica no próprio movimento de reconceituação. No que se refere ao pensamento crítico-dialético – uma das fortes vertentes em disputa no processo de renovação da profissão –, a perspectiva em tela coloca-se de modo tímido, sob o objetivo de parecer uma possibilidade que o descarta. Para Netto (2005), essa perspectiva não tece qualquer polêmica franca e direta com a teoria social de Marx, utilizando-se de fontes sem as devidas credibilidades para tentar contrarrestar esta última.

Ainda no que concerne às problemáticas da aplicação fenomenológica, Netto (2005) pontua a ausência da relação entre os autores formuladores da reatualização do conservadorismo e as fontes seminais do recurso ao pensamento fenomenológico, apontando os aportes como secundários e denunciando a inexistência ou a fragilidade de uma interlocução frontal com Husserl, Heidegger, Scheler, Hartmann e Schutz. Em suas palavras: “Assim, está-se diante de construções cuja *filiação à metodologia anunciada é frouxa e lassa*, determinada menos pela reflexão intensiva sobre os/a partir dos ‘clássicos’ do que pela *influência enviesada de fontes de segunda mão*, de comentaristas e de divulgadores” (NETTO, 2005, p. 212, grifos do autor). Critica, desse modo, a forma como os renovadores se apropriam dessa corrente filosófica.

Aponta, também, a falta de referências às problematizações e contradições desse método, que é colocado como uma teoria sem contestação e críticas, não demonstrando que ela é atravessada por polêmicas e imprecisões. Netto (2005, p.213) acrescenta que a resultante é, nestas condições, um método fenomenológico que, na *ausência de confrontos*, parece conformado pela adição de múltiplos aportes de pensadores indiferenciados e refratários aos grandes debates da contemporaneidade. Nesses termos, ainda na ótica de Netto (2005), esta metodologia não passa de uma ficção ou de uma deformação.

Considerações finais

A vertente modernizadora, primeiro momento do processo de renovação do Serviço Social, destacou-se pela adesão significativa dos profissionais, cujos procedimentos de intervenção caracterizavam-se pela reintegração dos indivíduos à ordem social, incorporando o projeto da burguesia de desenvolvimento. Recuperou-se uma leitura funcionalista das relações sociais, tendo como suporte a corrente funcionalista teórica norte-americana. Nesse contexto, as ideologias positivista e funcionalista serviram de aporte teórico hegemônico para a formação e a atuação profissional. A segunda vertente, a reatualização do conservadorismo, traz à baila o papel da subjetividade de indivíduos e grupos, apoiando-se em ideias da fenomenologia, como a corrente teórica capaz de capturar as dimensões das problemáticas existenciais e sociais expressas nas experiências e discursos dos sujeitos contrapondo-se a primazia da objetividade presente em outras correntes. Mediante a centralidade dos sujeitos, deslizou-se não só à subjetivização, mas à psicologização (NETTO, 2005). A rigor, a vertente significou uma retomada do tradicionalismo porque recuperou os princípios orientadores da profissão, como a herança psicossocial, a tendência à centralização nas dinâmicas individuais e o viés psicologizante (NETTO, 2005).

Ambas as vertentes, a modernizadora e a reatualização do conservadorismo, expressam e evidenciam o conservadorismo do Serviço Social tradicional, cuja incidência está presente na gênese do Serviço Social e, de formas particulares, durante a história da profissão

até os dias atuais. Por fim, destaca-se aqui a mais recente das vertentes renovadoras, a intenção de ruptura (embora não enfatizada no percurso do texto por extrapolar os limites deste), formulada nos anos de 1970 e início da década de 1980, a partir do amadurecimento acadêmico do Serviço Social (com destaque para a aproximação ao marxismo), que aponta o conservadorismo e sua incidência teórica, histórico, política na profissão como um problema que deva ser enfrentado.

Em síntese, a vertente da intenção de ruptura, impulsionou a inserção de importantes setores da profissão na organização política dos trabalhadores e partindo da teoria e do método de Marx apresentou uma interpretação inédita sobre o significado social da profissão. Assim, iniciou-se com essa vertente, “uma importante distinção em relação à tradicional apologética capitalista sobre a relação dos trabalhadores com o sistema capitalista, típica do funcionalismo. Distingue-se também da exaltação da subjetividade abstrata da fenomenologia e do conservadorismo neotomista. Por todas essas distinções, o projeto profissional encetado nesse momento realiza, de fato, rupturas essenciais com o passado conservador” (SOUZA, 2016, p. 241).

Contudo, como problematiza Netto (2005), no ciclo de ruptura com o conservadorismo tem-se a intenção do mesmo, e não o ato concretizado. O que sugere a importância de debates e retomadas como o feito aqui, evidenciando a essência dessas vertentes teóricas que alimentaram e encetam a profissão até o presente momento. O que nos leva a compreender o caráter e substância dessas ideologias conservadoras e a nos manter vigilantes e alertas contra as suas constantes investidas.

Referências

AGUIAR, Antonio. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá.** São Paulo, Cortez, 1985.

AMMANN, Safira. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1982.

BARBOSA, Mariana. **Guerra Fria.** História do Mundo, [S.D.]. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/guerra-fria.htm#:~:text=Os%20acontecimentos%20mais%20importantes%20da,e%20a%20Guerra%20do%20Afeganist%C3%A3o.> Acesso em: 29 Jun. 2023.

CASTRO, Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1984.

CAPALBO, Creusa. Fenomenologia: tendências históricas e atuais. In: **Cadernos ABESS n.4 – Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 1991, p. 23-26.

DANTAS, José. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. In: **Cadernos ABESS n° 4.** Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1991, p. 37-67.

DUARTE, Pedro. **Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini.** Nova Economia, v.31, n.1. Minas Gerais, 2021, p.131-156.

HOBBSAWM, Eric. Guerra fria. In: **Era dos extremos**. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 2014.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciência social**. 7. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

MACHADO, Alice. **Serviço Social e educação popular**: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 109, p. 151-178, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da DITADURA BRASILEIRA (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

ESCORSIM NETTO, Leila. Notas para uma aproximação ao positivismo. In: FORTI, Valéria.; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **Fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis Editora, 2020, p. 173-194.

ROSS, Murray. **Organização de Comunidade**: teoria e princípios. Porto Alegre, RS: PUC/RS, 1964.

SOUZA, Jamerson. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SUNSYARAY, Iris. **O neodesenvolvimentismo no Brasil**: um estudo sobre a sua gênese, ascensão e contradições (2006-2010). 2020. A553n. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa – PB, 2020.

TATAGIBA, Ana. Fenomenologia e Serviço Social: nuances da experiência brasileira. In: FORTI, Valéria.; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **Fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis Editora, 2020, p. 195-218.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. et al. (Orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. 2 ed. Campinas: Papel Social, 2019, p. 47-84.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS (Org.). **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009a.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS (Org.). **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009b.